

MÁRIO C. MOUTINHO



**A ORGANIZAÇÃO
DE UM MUSEU LOCAL
DE ETNOLOGIA**



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO PATRIMÓNIO CULTURAL

DEPARTAMENTO DE ETNOLOGIA

Lisboa 1986

MÁRIO C. MOUTINHO

PRIMEIRA PARTE

DEPARTAMENTO DE ETNOLOGIA

1 - 11

2 - 17

3 - 25

A ORGANIZAÇÃO DE UM MUSEU LOCAL DE ETNOLOGIA

..... 31

..... 37

..... 37

..... 44

..... 55

..... 55

..... 57

..... 63

..... 65



INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

DEPARTAMENTO DE ETNOLOGIA

Lisboa 1986

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Presidente
João Palma-Ferreira

Vice-Presidente
Justino Mendes de Almeida

DEPARTAMENTO DE ETNOLOGIA

Director
Henrique Coutinho Gouveia

Coordenador de edições
Eugénio Lapa Carneiro

*

Capa e orientação gráfica
António Pedro

Tratamento dactilográfico e de texto
José António Fernandes

Impressão da capa
Scarpa, Lda.

Impressão do texto
Reprografia do IPPC

INDICE

Preâmbulo	7
-----------------	---

PRIMEIRA PARTE

1 - O que é um museu local de etnologia.....	11
2 - Definição da área de estudo de um museu local de etnologia.....	17
3 - Instalações provisórias.....	25

SEGUNDA PARTE

Trabalho de campo

4 - O fundo de documentação geral.....	31
5 - Estudo das actividades produtivas.....	37
5.1 - Metodologia.....	37
5.2 - Recolha, registo, limpeza e tratamento dos materiais.....	44
6 - Aspectos do estudo sobre a ecologia local.	55
6.1 - Ornitologia.....	55
6.2 - Entomologia.....	57
6.3 - Botânica.....	63
Em modo de conclusão.....	65

PREÂMBULO

O texto que agora se apresenta é uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido desde 1981 na organização do Museu Etnológico de Monte Redondo (Leiria).

De certo modo é um balanço, ainda que provisório, sobre o caminho percorrido e sobre a concepção que nós fomos formando sobre o sentido deste mesmo trabalho.

Resultado de uma prática, não guiada por uma teorização anteriormente elaborada, este caminho parece ser idêntico ao das inúmeras iniciativas que se desenvolvem por todo o País de há alguns anos para cá. Estas iniciativas, que representam por certo um dos mais vastos movimentos culturais actualmente existentes entre nós, reúnem já milhares de pessoas envolvidas numa mesma preocupação de defesa do património cultural, estudo sobre o passado e participação no desenvolvimento das comunidades rurais, onde por formas e com razões diversas estão inseridas.

No entanto, e de um modo geral cada grupo tem vindo a trabalhar no seu canto, sem que houvesse uma reflexão comum pela qual fosse possível beneficiarem das experiências, dos erros, dos sucessos e hesitações por que todos passaram e por certo continuarão a passar.

Este isolamento parece ter agora tendência para se esbater, como atestam os encontros de formação para responsáveis por colecções etnográficas, organizados em 1983 e 1984 pelo I.P.P.C. e pela colaboração nascente entre alguns (poucos ainda) museus locais.

É neste quadro que encontramos a justificação para a redacção deste texto.

Se, por vezes parece pretendermos generalizar as nossas propostas, isso deve-se por certo ao entusiasmo com que caminhamos e de modo algum à certeza de receitas previamente estabelecidas. Julgamos que este texto só será de alguma utilidade, se lido como reflexão sobre uma experiência que a todo o momento deverá ser reinterpretado em função das características de cada novo projecto museológico e das preocupações metodológicas dos leitores.

Estando o Museu Etnológico de Monte Redondo ainda em fase de organização, não abordaremos naturalmente os problemas relativos à "exposição" e seu funcionamento regular, pois para isso falta-nos o confronto com a prática. A outros mais experientes caberá essa tarefa.

PRIMEIRA PARTE

1 - O que é um museu local de etnologia

Quando percorremos o campo com o desejo de olhar à nossa volta, aquilo que realmente vemos e a imagem que temos em nós do que é a ruralidade, confundem-se, misturam-se e por vezes mesmo, opõem-se.

Assim, o nosso olhar é o fruto do momento presente e da história própria de quem olha.

Esta ambiguidade do olhar é um dado permanente, e como tal deve ser reconhecida.

Também é certo que a nossa presença se inscreve de formas diferentes na realidade que nos rodeia.

Olhamos e somos olhados.

Por muito que um etnólogo faça, a sua presença altera sempre a realidade, de forma que o acto de etnologar é por sua vez acompanhado pelo facto de sermos etnologados.

Estes dois pensamentos devem, pois, estar sempre na mente de quem se propõe olhar a ruralidade.

Estas mãos são, num primeiro olhar, mãos de quem trabalha. Mas será que esta constatação encerra uma realidade global? Será que a vida desta mulher pode ser resumida numa frase, ou mesmo num livro? Não haverá, para lá disso, um dia a dia de vida? - Mãos que trabalharam, mas também acariciaram, que acenaram, que pentearam.

E a história deste carro de bois? Transportou pasto e caruma dos pinhais, mas também levou gente a uma festa algures e, um dia, foi comprado talvez ao fim de anos de amealhar. Talvez fosse uma herança.

Involuntariamente somos levados a preferir esta ou aquela resposta. - É a nossa própria história que se introduz no nosso olhar.

Por detrás de cada rosto, de cada olhar, de cada movimento há uma realidade, a qual só dificilmente podemos aprender.

Se queremos verdadeiramente compreender o que olhamos, devemos tentar olhar, mas de verdade, profundamente, pacientemente, duvidando das nossas interpretações e do absolutismo das generalizações apressadas.

Deixemo-nos pois ser etnologados, e o olhar dos outros sobre nós nos ajudará a ver com mais profundidade.

A vida de cada ser é única e a história de um povo é a vida de cada um de nós. Conscientes da fragilidade do nosso olhar, mais fácil será dotarmo-nos de um método de estudo, que venha em nosso auxílio.

Fixemos limites, pelo menos provisórios, àquilo que procuramos.

É neste contexto que a criação de um museu local pode ser uma forma de se aprender a olhar.

Ao limitarmos a área que será objecto da nossa atenção, ganhamos a possibilidade de olhar, cuidadosamente, lentamente. Ganhamos também a continuidade do olhar dos outros.

Um museu local não é apenas um espaço que se mede em poucos quilómetros, uma espécie de "micro-regionalismo." Um museu local representa antes de mais uma forma de olhar, com características próprias, com métodos próprios, com uma ética própria.

Longe está a ideia de que um museu local será um conjunto de objectos mais ou menos folclóricos, curiosos ou etnográficos, pendurados nas paredes ou colocados em vitrinas.

Objectos que serão olhados com curiosidade ou indiferença por turistas, ou onde as crianças se aborrecem ao ritmo de "não mexas aí" "vem para aqui"!

A nossa ideia de museu local é, ao contrário, uma espécie de posição privilegiada, para olharmos à nossa volta sobre o nosso presente e passado. É um centro de estudos. Um local que ajuda a curiosidade das pessoas a compreender o seu presente e o seu passado.

Os objectos serão assim ilustrações de um certo conhecimento.

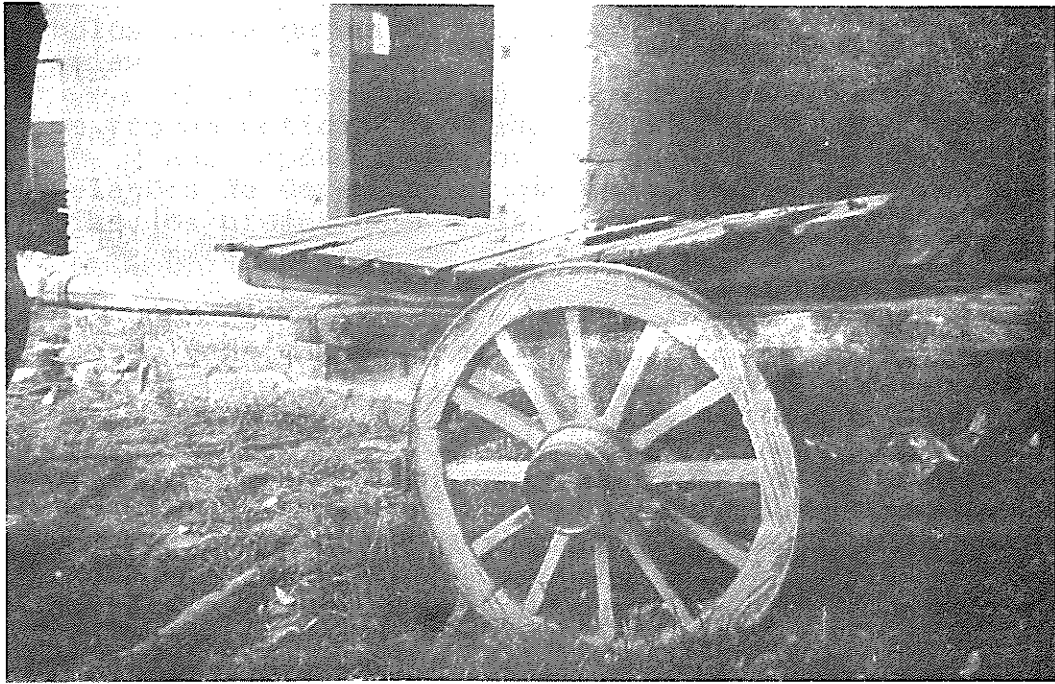
Imagens que ajudam a compreender a vida das pessoas.

Imagens de um presente / passado, dos outros e de nós próprios.

Imagens que se confundem, misturam, por vezes mesmo opõem-se.

Tal qual como o nosso olhar.





2 - Definição da área de estudo de um museu local de etnologia

Assim sendo, a primeira tarefa a concretizar quando nos propomos organizar um museu local será a de limitar uma área coerente sobre a qual a nossa atenção se centrará.

Ninguém trabalha só para si ou isolado da comunidade em que está inserido.

A coerência resulta da interdependência e da complementaridade existente entre o trabalho de cada um.

Os mercados e feiras locais não especializados, domingueiros, mensais ou sazonais fornecem indicações fundamentais dessa coerência.

Aí se vendem (e trocam, no fundo) os produtos das hortas pelas loiças do oleiro, os cestos pelos bolos ou doçarias, a fruta por galinhas, ou por alfaias.

Aí se fecham negócios, se encontram parentes, se trocam notícias de cada lugar.

Ano após ano, os mercados testemunham das relações de dependência que unem as pessoas, as famílias, os grupos de trabalho numa área.

Materializam em suma a existência de uma comunidade ao mesmo tempo que revelam também a dependência dessa comunidade do exterior, a dependência do Estado onde estão inseridas.

É, pois, possível localizar num mapa a origem das produções locais presentes nesses mercados ou feiras e, de seguida, traçar os limites numa área onde as produções dos vizinhos se complementam.

A área definida desta forma sobrepõe-se quase sempre, pelo menos em parte, à área da freguesia, facto que não será de estranhar se pensarmos que as freguesias rurais foram criadas pela Igreja nas áreas que possuíam certa autonomia económica.

Eram criadas no centro de uma comunidade rural unida por fortes laços económicos e sociais.

A conjugação dos limites da freguesia e da área de influência dos mercados ou feiras locais, pode ser adoptada pelo menos provisoriamente, na definição da área de estudo de um museu de etnologia local.

Nas regiões com fraco relevo, se subirmos ao campanário da igreja paroquial, muitas vezes a vista abrangerá toda a área. E, ao contrário, de qualquer ponto dessa área, a um ouvido atento, chegará o som dos sinos dessa igreja que durante séculos ritmaram o tempo de trabalho e de lazer da comunidade rural.

Desta forma um museu local virá inserir-se no

seio da realidade actual que é fruto de uma longa história.

Será a compreensão dessa história, feita da vida e das relações de cada um e de cada geração entre si, que dará razão de existir a um museu de etnologia local.

Tal como definimos o sentido que deverá ter um museu de etnologia local, facilmente nos apercebemos de que a recolha de objectos como, por exemplo, carros de bois, alfaias, vestuários etc., não pode ser o objectivo fundamental do trabalho a desenvolver. O que é preciso é olhar a história presente e passada da comunidade através do estudo paciente da vida das pessoas, estudar a forma como produziam e como se relacionavam, como ocupavam os tempos de lazer. Estudar a ecologia da área e as relações com o exterior próximo e com o poder central. Estudar enfim como todos estes aspectos se articulam e articulavam entre eles.

Organizar um museu local é uma tarefa muito vasta, longa no tempo, difícil, e que por isso só o será se for obra de todos.

Mas é também uma tarefa apaixonante onde se ganha o prazer do trabalho numa obra colectiva.

Nós, os outros e a nossa história.

Imagens que se confundem, misturam, por vezes mesmo se opõem - tal qual como o nosso olhar.

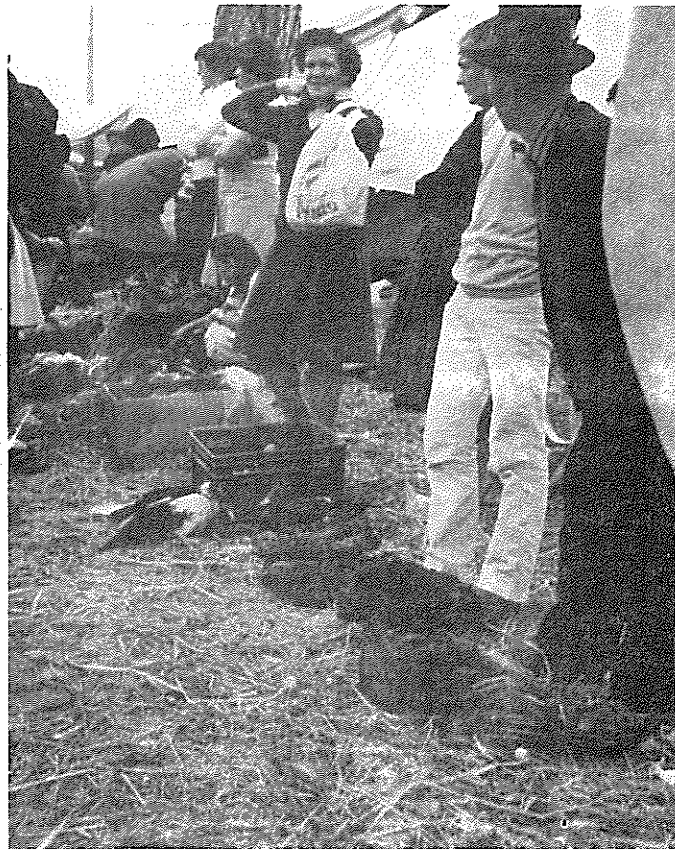
Tal qual, digamos agora, como o olhar de cada um.

Sabemos agora o que pretendemos, fixamos limites pelo menos provisórios ao nosso projecto, conhecemos a fragilidade do nosso olhar e os seus próprios limites; talvez seja tempo de passarmos a uma nova etapa.

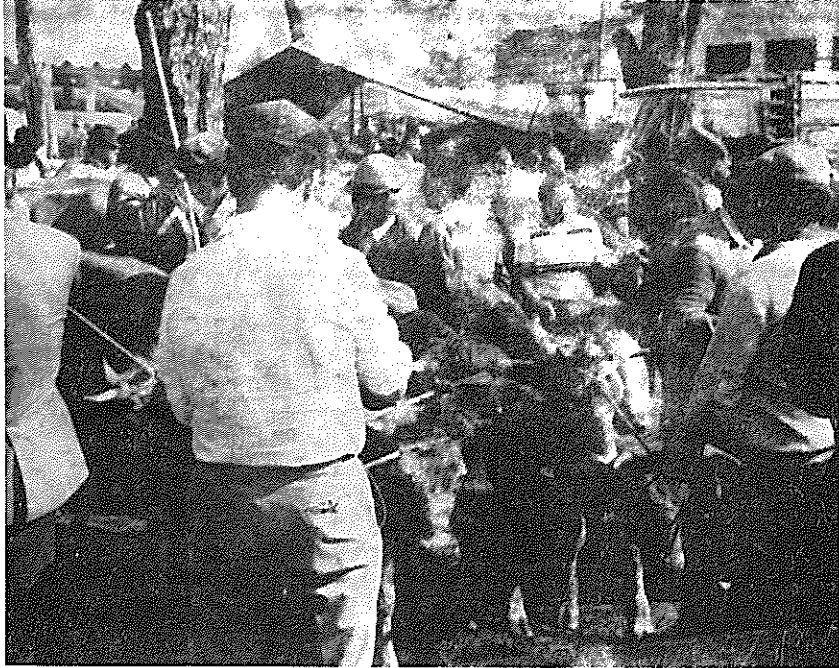
É preciso arranjar um local que servirá de base às várias actividades que vamos desenvolver.



3



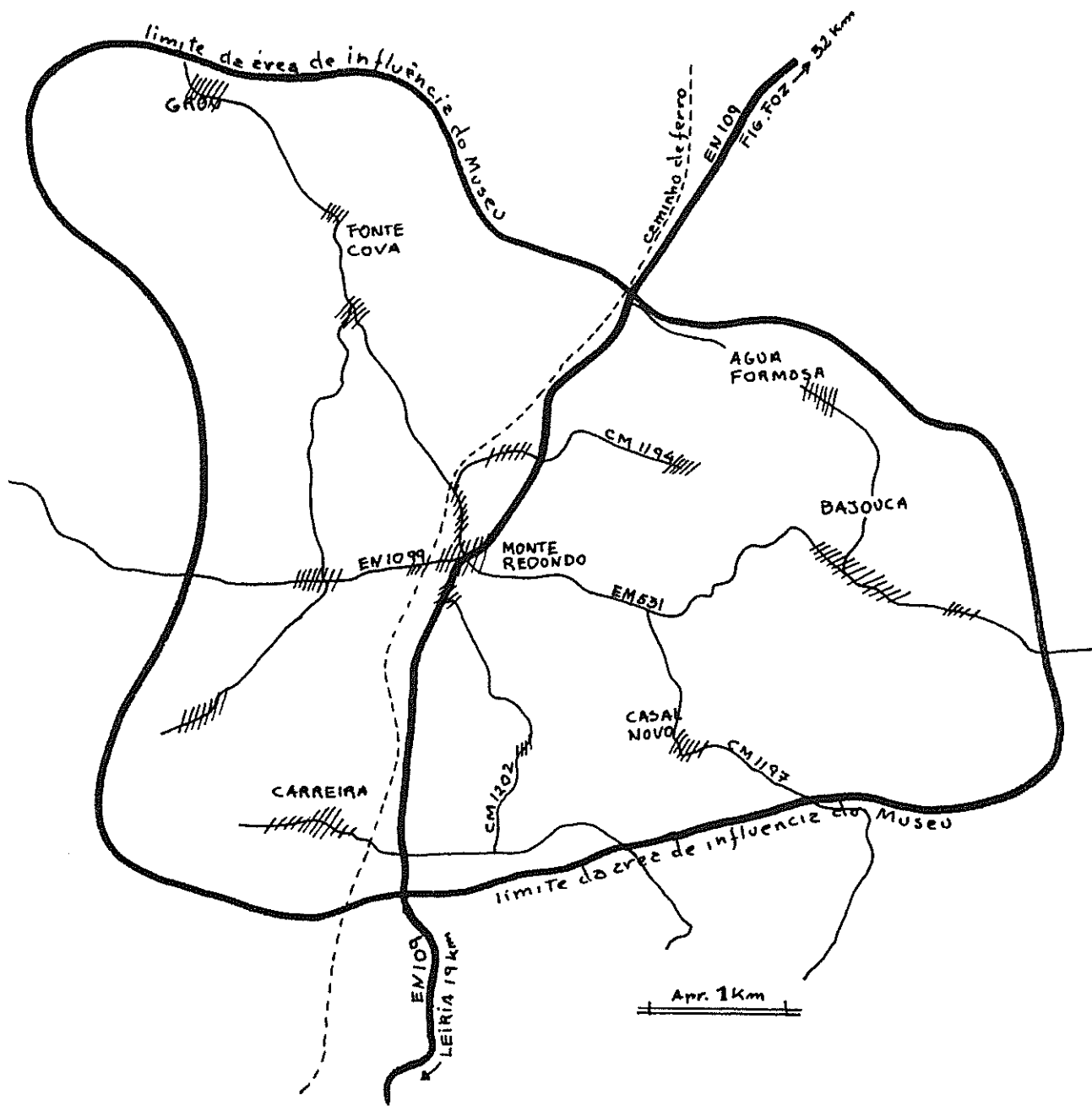
4



5



6



3 - As instalações provisórias

As instalações provisórias que servirão de base ao trabalho de campo a desenvolver com vista à criação de um museu etnológico local, devem ser preparadas com cuidado. Nada mais errado que iniciar trabalhos sem primeiro arranjar um local adaptado a essas funções. As instalações provisórias poderão ser organizadas em qualquer edifício, ou parte de edifício que seja um rés-do-chão.

Deverá haver à partida o cuidado de encontrar um local com pelo menos 60m², equipado com electricidade e água corrente. As portas e janelas serão equipadas com um sistema de fecho à prova da "curiosidade" alheia. Em caso algum as instalações serão um local de passagem.

Evidentemente que são de desaconselhar os edifícios construídos em madeira ou situados na proximidade de locais onde haja entrepostos de produtos inflamáveis, ou em zonas inundáveis.

O espaço encontrado deverá ser dividido em 3 partes. A maior, com cerca de 40m² (na base do exemplo de 60m²) servirá de depósito do espólio. Aí serão montadas numa parede prateleiras robustas, onde serão colocadas as caixas contendo os objectos mais pequenos, enquanto que no restante espaço serão colocados os objectos de maior dimensão. Deverá ser providenciada a colocação de armários, para conservação de documentos escritos, herbário, colecção entomológica, etc.

A segunda parte, com cerca de 10m², servirá de oficina e depósito dos materiais de limpeza e conservação, de caixas de plástico para o transporte de objectos e caixas vazias, instrumentos de recolha etnológica, prensa de herborização, pás, baldes, corda, sacos de plástico, etc., etc. As tomadas de electricidade terão uma ligação terra.

A terceira parte, com igual superfície, será equipada com uma mesa, cadeiras e armários. Aqui serão arquivados os documentos referentes à gestão do museu, os ficheiros de registos, documentos relativos às investigações em curso, e a biblioteca técnica do museu.

Esta forma de organização do espaço poderá e deverá ser alterada em função das características específicas de cada museu, pois nalguns casos será necessário uma área maior, ou mesmo outras divisões.

Todas deverão garantir condições correctas de temperatura, humidade e ventilação. Se tal não puder ser conseguido, as probabilidades de conservar o es-

pólio crescente do museu, serão a bem dizer nulas. A humidade relativa conveniente para uma boa conservação varia consoante os objectos em questão e pode variar por exemplo, entre 50 a 55% para os cabedais, 60 a 65% para as madeiras. Deve pois haver a precaução de instalar os desumificadores ou humificadores necessários para que durante todo o ano se mantenha uma humidade relativa entre estes valores.

Se a humidade for inferior assiste-se a uma secagem forçada dos objectos, ao passo que se for superior entre outras consequências o vapor de água pode condensar junto de poeiras acumuladas e criar focos de deterioração.

A humidade relativa deverá pois ser medida regularmente para que se possa evitar variações nestes valores.

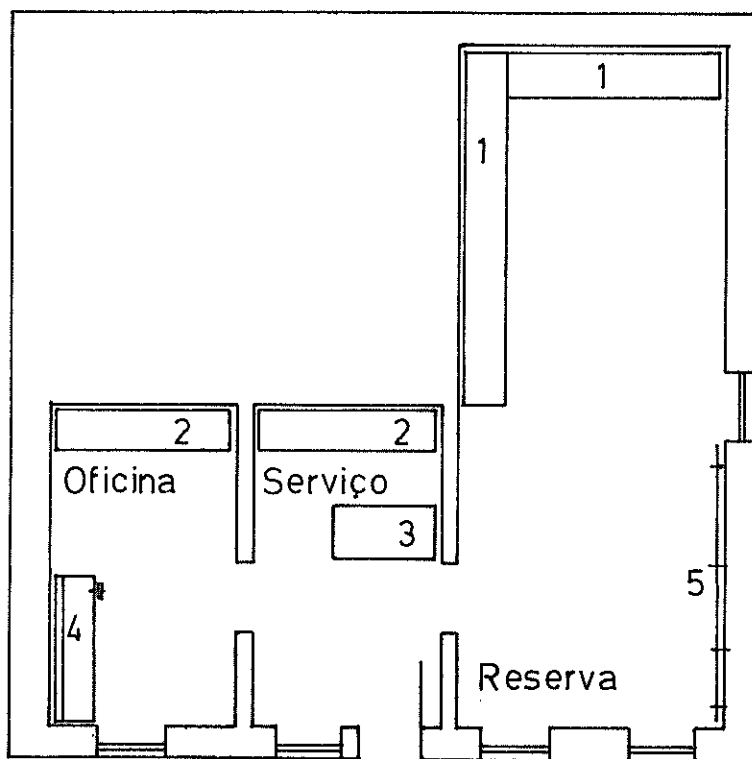
Quanto à temperatura, é fundamental que o edifício não permita oscilações bruscas entre o dia e a noite para não "esforçar" os materiais mais delicados, que também se deterioram quando a luminosidade no interior das instalações seja muito grande.

Em resumo, podemos dizer que a humidade relativa deve ser estabilizada à volta dos 60%, a temperatura não deve variar bruscamente e situar-se nos 18 graus centígrados e que a luz ambiente deverá ser reduzida.

Se estas condições forem respeitadas todo o espólio poderá ser conservado sem problemas de maior, até que seja transferido para as instalações definitivas do museu, onde estes problemas receberão o tratamento adequado.

Até essa altura os objectos deverão ser regularmente examinados sendo as madeiras desinfectadas, os cabedais passados com vaselina, a ferrugem dos metais removida, os tecidos guardados em naftalina ou paradiclorobenzeno.

O segredo da boa conservação do espólio de um museu é a verificação regular de que tudo está em ordem.



Legenda

Escala 1:100

- 1 - prateleiras fixas
- 2 - Armários
- 3 - Mesa
- 4 - bancada de trabalho
- 5 - suporte mural para objetos

4 - O fundo de documentação geral

Só depois de termos nas nossas mentes as preocupações metodológicas referidas e de termos preparado um local adequado, onde funcionará provisoriamente o museu, devemos passar à concretização dos inquéritos.

Primeiro que tudo podemos organizar uma pequena biblioteca com todos os trabalhos publicados sobre a área. Artigos, livros, documentos da Torre do Tombo e dos arquivos paroquiais, actos de aforamento, escrituras, diários de agricultores, róis de lojas, inventários, documentação pertencente a organismos já encerrados, partituras de música, etc., etc.

Organizar-se-á também uma recolha de fotografias antigas da região sobre as quais se procurará obter todas as informações possíveis: ano, local, significado do que é representado, etc., etc. A toponímia, a micro-toponímia e a cartografia da área deverão também ser objecto de uma atenção cuidada.

Este fundo de documentação será de grande utilidade para aqueles que irão desenvolver os inquéritos sobre a região.

Os inquéritos, estudos e investigações serão a base sobre a qual se irá organizar o Museu.

É no quadro de estudo de cada tema que a recolha de materiais se irá desenvolvendo, quer se trate de actividades produtivas como, por exemplo, a do ferreiro ou oleiro, quer se trate do estudo da ecologia local ou da etnomusicologia.

Dissemos que um museu é um local de estudo. Pois bem, será pelo estudo que ele se realizará e não apenas pela recolha mais ou menos ordenada de objectos diversos.

Não podemos aqui exemplificar todos os temas de estudo e recolhas a desenvolver por um museu local. Aliás, as características de cada região determinarão seus próprios programas de estudo. Falaremos por isso apenas nos estudos sobre actividades produtivas, e sobre alguns aspectos da ecologia local.

Sobre a recolha da literatura oral existe um trabalho da autoria do Professor M. Viegas Guerreiro - *Guia de recolha de literatura popular*, IPPC, 1982, suficientemente claro, de forma que não julgamos necessário desenvolver aqui este tema fundamental.

Um dos problemas mais frequentes com que se deparam os museus locais é o da organização de um fundo dedicado à história local. A dificuldade em encontrar uma solução adequada, resulta em grande parte da indefinição da própria noção de "história local".

Aqui, como em muitos outros aspectos da organização de um museu, é necessário definir, não como factor limitativo mas sim como critério de trabalho, aquilo que se pretende. A noção de história local evoca naturalmente um passado mais ou menos distante. Mas, de certo modo, já uma grande parte dos projectos museológicos é em si dedicado a esse mesmo passado, por exemplo: formas de produção em vias de extinção ou já desaparecidas, vestuário tradicional, arquitectura popular, temas que permitem a recolha fácil de objectos que enriquecerão o acervo.

Por outro lado, também é do domínio do passado os estudos, por exemplo, sobre a criação das freguesias e evolução da situação administrativa, ou simplesmente acontecimentos que marcaram a vida da comunidade como sejam a instalação de electricidade, a inauguração de um monumento ou a visita de uma pessoa prestigiada.

Na prática, é fácil constatar que é corrente englobar no sector etnográfico os primeiros exemplos e no âmbito da história local os segundos. Ora tal dicotomia parece-nos incorrecta na medida em que em ambos os casos se tratam assuntos situados no passado e referentes à área de influência do mesmo museu. Talvez possamos encontrar, pelo menos em parte, uma explicação para este paradoxo se pensarmos na natureza dos objectos que tais assuntos permitem recolher. No primeiro caso aparecem objectos directamente identificáveis como "etnográficos" enquanto que no segundo caso se recolhe no essencial documentação escrita, (cartas de aforamentos, bulas, artigos de imprensa, livros, documentação iconográfica, etc.). Se assim é, seria provavelmente incorrecto criar duas secções distintas no museu com base nas características formais dos materiais. Talvez que o desejo de tratar a "história local" separadamente não seja mais que o fruto da dificuldade de inserir certos acontecimentos no contexto geral da vida da comunidade.

Assim sendo, parece-nos que a resolução dos problemas que levanta a organização de uma secção de história local serão resolvidos se encontrarmos o meio de inserir esses acontecimentos no contexto geral. Pode ser um erro procurar isolar uma secção de história local com base na dificuldade de resolver um problema de método.



9



10

Daqui concluímos que um museu local de etnologia que contenha um projecto de reflexão sobre o passado e ao mesmo tempo de intervenção no desenvolvimento da comunidade, é, já em si, se o assim quisermos definir, também um museu de história local.

Se pretendemos separar a história local da etnografia, o resultado será uma maior impossibilidade de compreendermos uma comunidade na sua globalidade.

Nem sempre será fácil "encontrar lugar" para tal documento ou objecto, mas colocá-lo numa secção dita de história local pelo facto de não termos melhor solução, por certo não se nos afigura como um bom método de trabalho.

De certo modo, a nosso ver, num museu local de etnologia, a história e a etnografia local devem ser tratadas conjuntamente evitando criar separações sem que para tal tenhamos justificação correcta.

5 - Estudo das actividades produtivas

5.1 - Metodologia

O inquérito sobre as actividades produtivas é certamente um dos mais complexos de realizar. Com efeito, só podemos compreender o significado e a importância que estas actividades têm em qualquer comunidade se pudermos estabelecer as ligações que existam entre o acto produtivo em si e os restantes aspectos da vida em comunidade. O acto de produzir está intimamente inserido na globalidade da vida em comunidade.

Estudar as regras de parentesco (incluindo, por exemplo, os actos em que esta se materializa, como sejam o casamento ou regras de herança) sem as inserir nas relações sociais de produção, será uma forma de afastar a possibilidade de compreender como as pessoas se reúnem para trabalhar e consumir, enfim, viver.

Todo o trabalho é uma forma de apropriação material da natureza pelo homem, e, porque não é executado por eremitas, é no fundo um trabalho social.

Ora o trabalho social está distribuído num certo número de ramos (agricultura, olaria, ensino, etc.) organizados segundo processos de trabalho, os quais não são mais do que a conjugação da força de trabalho e de instrumentos de produção, com vista à transformação da matéria-prima.

Assim, a apropriação material da natureza pelo homem passa pelo processo de trabalho, o qual dá conta da actividade humana que com a ajuda de instrumentos (também estes produzidos pelo homem e propriedade do homem) concretiza determinados produtos.

Assim, num processo de trabalho devemos tomar em consideração além da matéria-prima, os utensílios e o local onde é executado o trabalho.

Mas estes elementos, isolados, nada produzem se não existir uma força de trabalho sobre eles aplicada, pelo produtor, com o seu saber e a sua inteligência.

A articulação entre a força de trabalho e os meios de produção é geralmente denominada por forças produtivas.

Ora as forças produtivas concretizam-se no seio de relações que os homens estabelecem entre si.

Estas relações podem ser de natureza técnica ou social.

No primeiro caso as relações técnicas de

produção materializam-se na divisão do trabalho. O oleiro trabalha na roda, o filho pinta as peças, a mulher apanha a lenha para alimentar o forno, etc., etc.

No segundo caso, as relações sociais de produção referem-se à propriedade dos meios de produção e sua transmissão (campos de agricultura e alfaias, oficinas e instrumentos, etc., etc.

Nas comunidades rurais, mesmo ainda nos nossos dias, é regra geral encontrar meios de produção que são propriedade de uma pessoa ou dum grupo, sobre os quais se aplica uma força de trabalho assalariado; como também é possível encontrar meios de produção que são propriedade de uma pessoa ou grupo, sobre os quais é aplicada a força de trabalho dos próprios proprietários desses meios de produção.

Assim, é possível que aquele que fornece a força de trabalho não controle a produção nem os produtos por ele elaborados, bem como a situação oposta, em que o produtor é proprietário dos produtos elaborados, tendo por isso o controle do processo de trabalho.

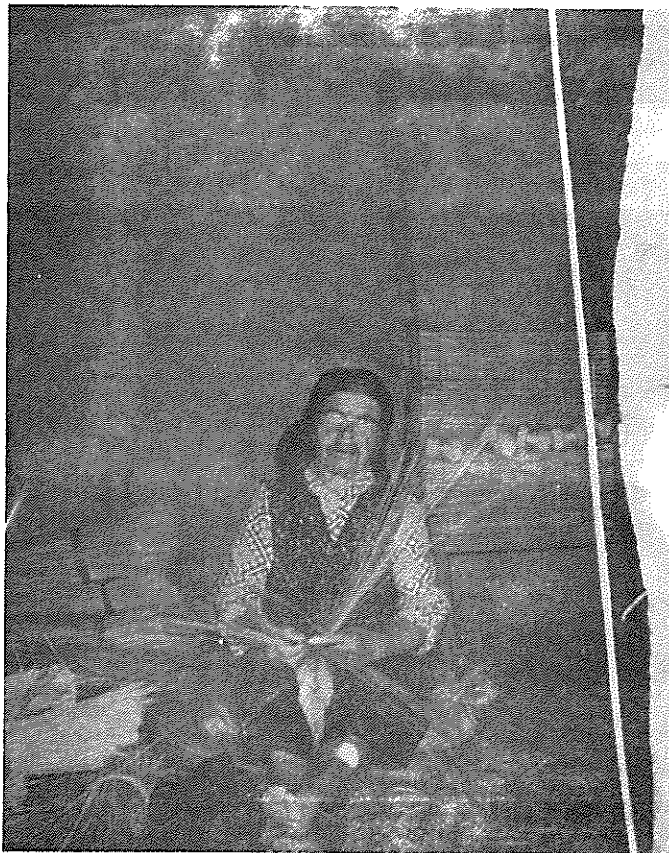
Também é verdade que uma mesma pessoa pode estar inserida ao mesmo tempo em processos de trabalho submetidos a relações sociais de produção destes 2 tipos.

É, por exemplo, o caso de um oleiro que possua uma oficina onde produz o que ele decide (decisão que é função das necessidades do resto da comunidade) mas que, por exemplo, em certa época do ano, venda a sua força de trabalho como assalariado agrícola, por conta de outrem. Num caso extremo poderá ainda ser comprador de força de trabalho, se, por exemplo, tiver um assalariado a trabalhar num pinhal que seja sua propriedade ou um auxiliar na oficina. Compreendemos melhor agora como as relações de parentesco podem ter e têm em geral um papel determinante na definição de todas estas situações, assim como na circulação da propriedade dos meios de produção, ao mesmo tempo que evolui também em função do grau de desenvolvimento das condições de produção.

É hoje em dia corrente pretender que as relações de parentesco perderam a sua funcionalidade, e que aquilo que subsiste pequeno papel desempenha na vida de uma comunidade. Tal ideia deve ser combatida, pois não corresponde à realidade. Numerosos etnólogos têm vindo a demonstrar que mesmo nas sociedades altamente industrializadas o parentesco tem um papel essencial. Diferente por certo do parentesco nas sociedades rurais europeias ou extra-europeias, mas não menos importante por isso.



11



12

A sua modificação apenas nos permite pensar que as suas relações de parentesco se transformam historicamente e não são pois um aspecto da vida em comunidade isolado e independente da base económica. Uma espécie de lei que tudo explicaria por si só.

Quanto ao estudo da distribuição e permanência do poder jurídico e político comunitário, no seio de uma sociedade rural, também não é fácil nem rápida a sua compreensão, sobretudo nas regiões onde o Estado Central assumiu essas funções total ou parcialmente. Há anos atrás, ainda se encontrava nalgumas comunidades agro-pastoris do Norte do País, nas mãos da própria comunidade (conselho de vizinhos) numa forma praticamente intacta. Hoje em dia, há que procurar descortinar as suas reminiscências através do estudo das normas vigentes e das instituições que as aplicavam.

Enfim, a investigação efectuada por um museu local também deverá preocupar-se com a estrutura ideológica que impregna todas as actividades do homem.

A ideologia é uma forma de conhecimento elementar proveniente da percepção simples da realidade (não dotada de meios científicos) e apresenta dois aspectos fundamentais. Por um lado, o sistema de ideias que são as representações políticas, morais, estéticas, religiosas, filosóficas; ideias cheias de elementos imaginários onde se expressam desejos, esperanças. A imagem que temos de nós próprios. Explicações imaginárias da realidade. Por outro lado, o sistema de atitudes, comportamentos que se referem ao conjunto de hábitos; costumes ou tendências que levam as pessoas a reagir de forma idêntica a determinadas solicitações. A ideologia também se transforma ao longo do tempo sendo pois possível defini-la historicamente.

Agora que passamos em relance algumas reflexões que têm por finalidade chamar a atenção para a complexidade da vida em comunidade e conseqüentemente do seu estudo, podemos ver como na prática se pode processar o trabalho de campo.

Haverá, pois, que fazer estudos sobre cada ramo da produção começando pela análise que vai da matéria-prima, aos utensílios e locais de trabalho, às relações técnicas e sociais de produção. Depois haverá que integrar este conhecimento na percepção global da comunidade, aprofundando a organização jurídico-política e o nível ideológico.

Certo que nem sempre é fácil conseguir descrever a articulação entre todos estes níveis, que dão conta da forma de viver da comunidade. Compete aos

orientadores destas pesquisas estabelecer os planos de trabalho mais adequados em função da especificidade de cada comunidade e de cada tema. Não pode haver uma receita mágica que abranja todos os estudos a realizar. No entanto, parece-nos que a possibilidade de organizar correctamente um museu etnológico local, cresce consideravelmente se de facto as recolhas forem consideradas como parte de um estudo mais vasto. À medida que esse estudo for avançando, naturalmente que a recolha de objectos ganhará uma coerência, impossível de obter de outro modo. O estudo facilita a recolha ao mesmo tempo que a recolha permite um estudo cada vez mais profundo.

Os diferentes objectos que formarão o espólio do museu ganharão assim o tal significado de "ilustrações de um certo conhecimento", na condição de que a sua identificação seja feita rigorosamente.

5.2 - Recolha, registo, limpeza e tratamento de materiais

Uma das maiores responsabilidades que incumbem pois aos responsáveis pela organização de um museu local é a de estabelecer e fazer aplicar um conjunto de regras bem claras que permitam a identificação perfeita de todo o espólio.

Uma colecção que não possua elementos exactos de identificação pouca utilização poderá vir a ter do ponto de vista científico, não será mais que um amontoado de objectos, e a sua exposição será de nenhum valor.

Nos casos dos museus locais de etnologia esta tarefa, apesar de complexa e trabalhosa, não é em si difícil, sobretudo se no momento da recolha se aplicarem algumas regras elementares.

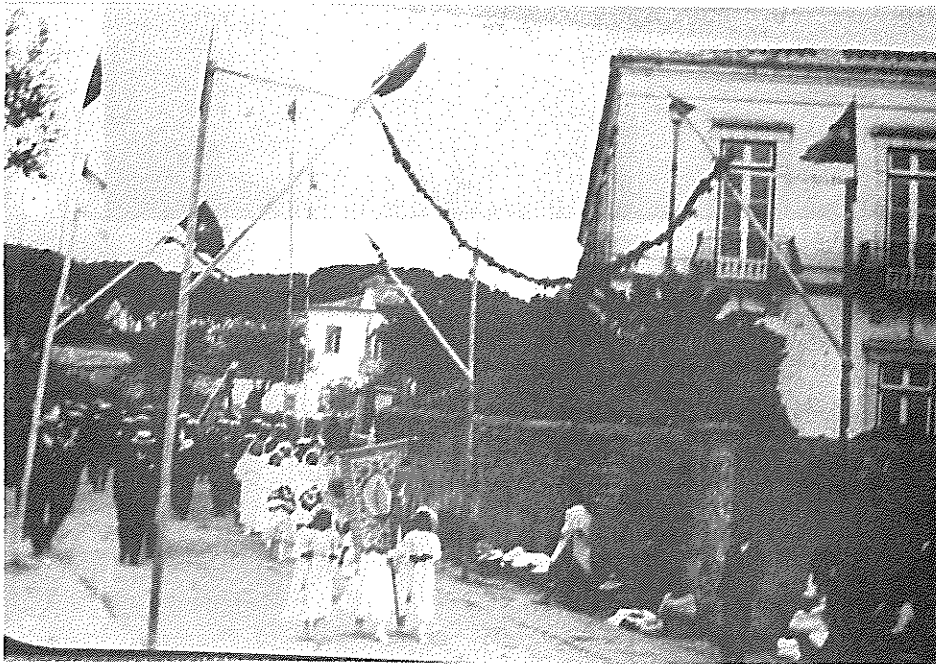
O facto de se tratar de recolhas que se efectuam numa área relativamente pequena permite que uma parte do trabalho de identificação seja executado nas instalações do museu, na altura da recolha.

Aliás é talvez uma boa regra de princípio que a recolha não vá além do número de peças possível de ser registado no próprio dia.

Em situações extraordinárias esta regra poderá deixar de ser seguida devendo neste caso suspender-se a recolha, pelo tempo necessário, um ou mais dias, até que finalmente as novas peças estejam devidamente identificadas. Se porventura o espaço onde serão guardadas, atingir a sua capacidade total, a recolha



15



16



só deverá prosseguir depois de ter sido preparado convenientemente um novo local. Vale mais esperar algumas semanas ou mesmo meses, do que arriscar a deterioração das peças e uma identificação defeituosa.

Vejam os então como se processa o registo de cada peça.

Quando o museu adquire uma ou mais peças, no acto da entrega, deverá ser anotado, por exemplo, num bloco de notas, o nome da pessoa que faz a entrega e o nome do proprietário quando não se tratar da mesma pessoa. Lembremos que um museu local de etnologia é uma obra colectiva e que não seria justo que a participação de cada pessoa não fosse considerada como um acto já por si pleno de sentido. Em seguida, deve-se tomar nota do local onde foi feita a entrega de forma rigorosa.

O conhecimento prévio da toponímia e da micro-toponímia da área do museu revela-se de grande utilidade nestas situações.

Quanto ao nome do objecto, caso o doador não o conheça e a pessoa que procede à recolha não o possa identificar de forma rigorosa, deverá ser descrito sumariamente pela sua forma e função.

O modo de aquisição, oferta, compra ou outro, será também assinalado. No entanto, a compra de peças deve ser sistematicamente evitada. Assim temos actuado no nosso museu. Mesmo em situações extraordinárias a aquisição por compra deverá ser longamente ponderada, pois corre-se o risco de criar involuntariamente um valor mercantil à recolha. Se a população abrangida pelo museu estiver devidamente motivada a adoptar perfeitamente os objectivos da recolha, não hesitará em entregar peças mesmo sabendo que um antiquário as compraria de bom grado. Mas se porventura os responsáveis pelo museu sentirem uma pressão no sentido de procederem à compra de peças, isso significará que não souberam difundir correctamente os objectivos do museu. Será melhor então parar com a recolha e procurar modificar a situação. Isto significa, antes de tudo, analisar a conduta que tiveram até então, localizar os erros cometidos e agir em consequência.

Mas voltemos ao processo de identificação. Uma vez anotados os nomes do objecto, do proprietário, do doador e a forma de aquisição (há também peças que podem ser encontradas no campo por terem sido abandonadas), devem os objectos ser transportados ao museu sendo os mais pequenos devidamente acondicionados, por exemplo em caixas ou cartões.

São sempre de grande utilidade caixas de plástico à venda no mercado, que geralmente são utiliza-

das para transporte de fruta ou utilizações similares.

Uma vez os objectos chegados ao museu, devem ser colocados no chão de forma que fiquem todos visíveis.

Passa-se então ao registo de cada peça no livro de inventário. Este livro deverá ter as páginas numeradas sendo as folhas com linhas.

Em cada linha será anotado o número do registo, o nome do objecto e do doador, e a data de registo. O número será inscrito numa etiqueta que de imediato será fixada no objecto correspondente por meio de um cordel.

É então altura de preencher a ficha de registo com todos os dados até aqui estabelecidos.

ENTRADA	LOCALIZAÇÃO
Nº _____	Nº DE FOTOG. _____
	Nº DE NEGATIVO _____
NOME DO OBJECTO _____	
FORMA DE AQUISIÇÃO: OFERTA <input type="checkbox"/> COMPRA <input type="checkbox"/> OUTRA <input type="checkbox"/>	
NOME DO PROPRIETÁRIO _____	
ENTREGUE POR _____	
LOCAL DE AQUISIÇÃO _____	
DATA / /	

É certo que as características próprias de cada museu podem levar à utilização de fichas com indicação de outros dados; no entanto a que aqui apresentamos, pela sua simplicidade e comprovada eficiência, parece satisfazer as necessidades de registo.

Estas tarefas concluídas, passar-se-á à fase de limpeza, tratamento e acondicionamento.

A limpeza das peças deve ser feita de forma adaptada aos objectos em questão, com todo o cuidado possível para não lhes causar danos. Por meio de pequenos pincéis ou vassouras de piaçaba, grandes e pequenas, ou lavagem com água ou petróleo, ou outros processos, o essencial é retirar todos os traços de sujidade, poeira, terra, ou ferrugem, que serão mais tarde focos de deterioração.

Depois de limpos e muito bem secos, poderão receber produtos de conservação adequados, que se encontram à venda no mercado: produto para tratamento de madeira, antiferrugem, óleo de cedro, vaselina, naftalina, etc.

Haverá que ter o cuidado de fixar de novo a etiqueta na peça e colocá-la, quando é relativamente pequena, em sacos de plástico transparentes. Posteriormente, o número de registo deverá ser escrito na própria peça por meios adequados.

Então, os objectos serão colocados na reserva de forma a ficarem sempre acessíveis.

Os sacos contendo as peças mais pequenas serão colocados em caixas de plástico numeradas que por sua vez serão arrumadas nas prateleiras. Cada caixa deverá conter apenas os objectos que pertencem a uma mesma profissão ou ao mesmo tema. Por exemplo: ferreiro, carpinteiro, serrador, cozinha, adega, vestuário, etc.

Será então anotado na ficha a localização no museu (prateleira, armário, etc.) onde foi colocada a peça ou a caixa em que ficou guardada.

Assim será possível identificar cada peça, e, quando necessário, localizá-la facilmente.

A identificação que acabamos de descrever é essencialmente de carácter administrativo se bem que as informações aí contidas sejam fundamentais para o estudo de cada peça.

No entanto, este tipo de registo deverá ser posteriormente completado por uma nova identificação, mais profunda, agora sim com finalidade científica.

Trata-se da ficha técnica. É corrente este tipo de ficha conter, além dos elementos atrás descritos, informações sobre a história do objecto, utilização, função, estado de conservação, etc., aos quais é adicionada uma fotografia.

Estes elementos são recolhidos geralmente no acto da entrega pela pessoa que procede à recolha.

Acontece porém que as fichas assim preenchidas se revelam ser de pouca utilidade, pois nem sempre é possível dispor de um número de horas suficientes para obter essas informações. Nem sempre o doador dispõe dessas horas no acto de entrega, nem a pessoa que recolhe está perfeitamente habilitada a colocar perguntas pertinentes. Frequentemente nem o próprio doador está apto a responder.

Então, a forma que nos parece mais correcta para aumentar a quantidade e qualidade das informações referentes a um dado objecto é de deixar o preenchimento das fichas técnicas a cargo da pessoa ou grupo

que se encarregará de estudar a actividade em que cada peça era utilizada.

Apenas por meio dos inquéritos aprofundados o investigador estará em condições de se familiarizar com cada objecto. Só um conhecedor poderá mesmo dar um parecer sobre o estado de conservação verdadeiro das peças. O que para um leigo é uma ferramenta em bom estado de conservação, para um conhecedor será uma ferramenta incompleta.

É na realização destes inquéritos que o museu local se revela ser um local privilegiado de estudo. Com efeito, o investigador poderá facilmente retirar do museu as peças que entender para as apresentar de novo ao doador, que com mais tempo poderá dar então informações mais completas. Poderão também ser apresentadas a outras pessoas conhecedoras do assunto, ou, se necessário, trazer ao museu aqueles que na presença das colecções, ou das peças que pela sua natureza não seja recomendável movimentar, terão a possibilidade de ajudar o investigador a conhecer melhor o tema sobre o qual se debruça.

Quantas vezes será apenas em presença de uma colecção quase completa que alguém poderá indicar aquele objecto que a ninguém lembrou e que faltava. Ou aquele outro que está deteriorado mas que poderá ser substituído.

O inquérito será um modo de completar a recolha de forma criteriosa.

Pensando desta forma, o museu local não será um arquivo de velharias, mas um lugar de reflexão e de estudo.

Será um utensílio de trabalho, um livro de ilustrações que ajuda a conhecer a vida da comunidade.

Este conhecimento deverá então ser divulgado através da publicação e difusão dos resultados da investigação, através de exposições, e transferido, no que lhe é próprio, para as fichas técnicas. Só agora elas darão garantia sobre a correcção do que nelas for anotado.



aparecem. Pode-se então anotar as datas de chegada. Umam voltam aos mesmos sítios todos os anos e noutros casos a sua chegada é inesperada. Por vezes passarão no ar sem poisarem. Ocupam espaços vastos ou rodopiam em volta da torre da igreja, frequentam os jardins ou vivem nos campos, nos pinhais ou nas lezírias.

O cantar de cada espécie é original e variado, correspondendo quase sempre a situações diferentes; no ar, junto ao ninho, de manhã ou ao pôr do sol.

Fazem ninhos de formas diversas, põem um certo número de ovos e começa o vaivém para levar aos filhotes o seu alimento.

A utilização de anéis de identificação poderá ser realizada em colaboração com centros de estudo nacionais ou internacionais. Saberemos assim de onde vêm para onde vão, a sua longevidade. No Outono, chega a hora de partida, reúnem-se em grupos ou partem isoladamente.

No caso das andorinhas, os seus ninhos podem ser facilmente contados. Basta que os alunos das escolas primárias para isso sejam instruídos, o que farão por certo com prazer. Poder-se-á então elaborar um mapa de distribuição desses ninhos, anotando os que foram ocupados durante o Verão. Estes mapas comparados anualmente serão bons indicadores sobre a variação em quantidade das aves e das localizações preferidas.

Quanto às espécies erráticas também deverão ser observadas. Como passam o Inverno, onde nidificam, quais são os seus alimentos, serão alguns dos temas que facilmente poderão ser objecto de estudo.

Um arquivo fotográfico referente às espécies que vivem ou passam pela área de estudo do museu permitirá ao longo dos anos tomar conhecimento das espécies em vias de desaparecimento e propor medidas que contribuam para a sua preservação.

A identificação das aves nem sempre é fácil. O local onde é vista, a data, a hora, a árvore ou o arbusto, a trajectória do voo, o canto serão de grande ajuda para o ornitólogo que virá a colaborar com o museu. Cada fotografia deverá pois referir-se a uma ficha contendo todos esses dados.

Mas não só as aves diurnas deverão ser observadas.

As aves domésticas ou de adorno também revelam o gosto das pessoas ou hábitos alimentares.

O que acima foi dito também é válido para a restante fauna doméstica ou selvagem.

Ao longo dos ribeiros e rios, estudos de idêntica natureza poderão ser realizados sobre os peixes e "ratos" de água por exemplo. Nos charcos, facilmen-

te se localizarão várias espécies de batráquios. Se é verdade que as pessoas vivem em grupo também é certo que vivem rodeadas por uma fauna numerosa que por vezes é ignorada, mas também é combatida ou utilizada.

Estudá-la mais profundamente, só poderá ajudar-nos a melhor compreender o nosso meio ambiente. Não será fundamental conhecer a natureza que nos rodeia e na qual no fundo todos vivemos?

Paralelamente à ecologia, um inquérito sobre as representações que fazemos de todos estes animais (insectos, rãs, sapos, pássaros, ovelhas, etc.) revelarão uma literatura imensamente rica e variada. Quantas lendas, contos, provérbios ou adivinhas poderão ser recolhidas. O próprio nome que é dado a cada espécie, só por si, já nos transporta para o mundo dessas representações.

6.2 - Entomologia

O inquérito entomológico é a nosso ver tão importante como qualquer dos outros inquéritos que devem fazer parte do plano de investigação a desenvolver por qualquer museu local.

Não só será possível estudar os hábitos e as funções de variados insectos no equilíbrio ecológico da área em estudo, como também tomar conhecimento da variação das diferentes espécies.

O estudo da entomologia poderá também ser um auxiliar na compreensão de certos problemas da agricultura e da influência que os insecticidas têm na fauna local.

Por exemplo, o aparecimento de certas variedades poderá ter consequências na extinção de espécies ornitológicas ou, pelo contrário, no seu fortalecimento.

Por outro lado, o inquérito entomológico poderá ser de grande ajuda no estudo da literatura local, pois é um facto que grande número de variedades aparecem frequentemente nos contos, lendas e provérbios de cada região.

A utilidade e o interesse que se anunciam na recolha entomológica são, pois, muito vastos; estamos de facto em presença de um tipo de estudo que continuamente vai das chamadas ciências naturais às ciências humanas.

Por esta razão não deverá ser tratado como um inquérito "menor". Antes pelo contrário, devem ser

tomadas todas as medidas necessárias para ser executado de forma rigorosa e eficiente.

Colocar em caixas uma bicharada, mal preparada, e deficientemente identificada, é uma tarefa totalmente inútil, pois ao fim de algum tempo estará danificada e não poderá servir de ilustração para o que quer que seja.

Assim, a primeira tarefa a executar será a de reunir toda a bibliografia existente sobre a entomologia da região. Livros ou artigos, a partir dos quais seja possível começar a conhecer as variedades dos insectos que provavelmente devem existir na área do museu. Com efeito, preparar a recolha de variedades que só existem nas regiões equatoriais tem o mesmo valor que esperar capturar um urso branco no pinhal de Leiria...

O conhecimento prévio dos hábitos dos insectos também será uma ajuda valiosa. Conhecer os locais onde vivem, a época do ano mais favorável e até mesmo a hora do dia em que a sua captura será mais fácil, serão à partida condições mínimas para recolhas com sucesso. Se a isto adicionarmos a preparação das armadilhas convenientes e a utilização do utensílio mais adequado, certo é que a recolha entomológica será uma actividade das mais interessantes e frutuosas que poderão ser realizadas no quadro de um museu local.

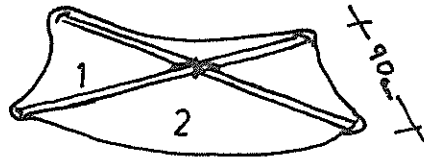
Evidentemente que não devemos esperar poder fazer uma recolha completa de todas as variedades de insectos existentes mesmo numa área restrita. O seu número certamente que ultrapassará vários milhares, referentes a todas as ordens, desde as microscópicas até aos exemplares de maiores dimensões. Desde as variedades que vivem nos corredores abertos pelas toupeiras, às que se desenvolvem nos ninhos dos pássaros. No entanto, é sempre possível iniciar uma colecção, que ao longo dos anos seja progressivamente completada, sobretudo se à partida se fizer a opção de orientar a recolha particularmente para uma ou duas ordens.

Vejamos então quais os principais utensílios de que um museu deverá dotar-se.

O primeiro de todos é uma pequena picareta, com a qual é possível remover a terra, explorar os troncos de árvores secas, revolver pedras, locais estes onde se encontrarão exemplares de "cárabos" que são uma família da ordem dos Coleópteros.

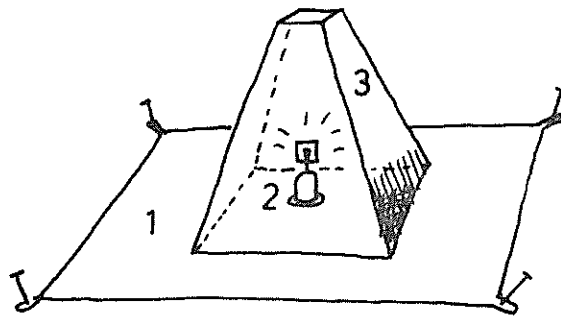
Outras famílias desta ordem, como os Catópodos ou Staphylinídeos, serão recolhidas pela exploração de uma galeria de toupeiras.

Para a recolha de insectos que vivem nas árvo-



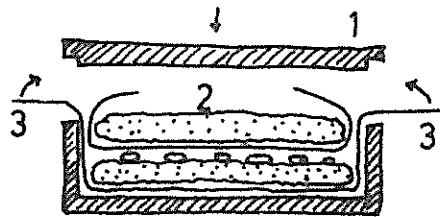
19

- 1 - cana
- 2 - tecido branco



20

- 1 - tecido branco
- 2 - fonte luminosa
- 3 - armação em rede fina



21

- 1 - caixa de madeira
- 2 - algodão
- 3 - folha de papel

res ou arbustos utiliza-se um instrumento geralmente denominado "chapéu japonês". Pode fabricar-se fixando um quadrado de pano branco com cerca de 90 cm de lado a duas canas que se cruzam.

Será depois seguro com uma mão, por baixo da vegetação, enquanto que com a outra se empunha uma cana com a qual se bate nos ramos, por forma a que os insectos ao cair sejam recolhidos no pano.

Quanto aos insectos nocturnos a recolha tem por base uma fonte luminosa que serve de chamariz. Junto a lâmpadas de iluminação pública é sempre possível fazer recolhas abundantes.

Na casas abandonadas bastará colocar uma fonte luminosa no muro de uma qualquer divisão desde que as paredes sejam caiadas de branco para na madrugada seguinte se virem recolher várias espécies de borboletas. Para os locais mais isolados como, por exemplo, limites de florestas, zonas pantanosas, charcos, poderá instalar-se um instrumento adequado também de fácil fabricação. Trata-se de uma pirâmide montada com arame e coberta por um tecido de rede. Depois, põe-se em cima de um pano fixado no chão com cerca de um metro e meio de lado, colocando no interior da pirâmide uma qualquer fonte luminosa. Por exemplo, uma lâmpada de gás acetileno. Os insectos acabarão por cair no interior ou poisar na rede podendo então ser recolhidos.

Nos ribeiros e charcos um saco construído em rede de arame muito fina, munido ou não de um cabo permitirá "pescar" os insectos aquáticos, enquanto que uma rede de tecido servirá para apanhar grande número de insectos voadores.

Os instrumentos que citamos não são obviamente os únicos. À medida que a recolha for avançando e que o entomólogo amador seja cada vez menos amador e mais conhecedor do assunto, a necessidade levá-lo-á a utilizar outros métodos mais especializados consoante as variedades procuradas.

Fiquemos por agora com a ideia de que não basta revolver pedras ou inspeccionar as flores para conseguir criar uma boa colecção de insectos. É de facto necessário trabalhar rigorosamente, e não hesitar em pedir informações ou colocar problemas aos especialistas de entomologia.

Depois de capturado o insecto, é necessário prepará-lo por forma a que não venha a deteriorar-se com o tempo. Na maior parte dos casos, e fora as variedades de "borboletas", os insectos deverão ser colocados num frasco onde previamente se colocou no fundo um centímetro de serradura não resinosa sobre a qual se deitam umas gotas de éter acético. O insecto

perecerá ao fim de alguns minutos não havendo o perigo de mais tarde se vir a decompor. É totalmente errado utilizar para este fim outros líquidos tais como o éter corrente. Para as borboletas utiliza-se geralmente uma preparação altamente venenosa à base de cianeto de potássio. Por estas razões, a caça aos lepidópteros, apesar de permitir criar colecções de bonito efeito estético, não deverá ser praticada senão sob controle de um especialista. Há tantos insectos que poderão ser capturados sem perigo que a caça às borboletas deverá ser deixada para a altura em que todas as condições estejam reunidas.

Quanto às outras variedades, uma vez preparadas por meio do éter acético deverão ser colocadas em caixas não metálicas.

Estas caixas deverão fechar hermeticamente e serão colocadas depois dentro de armários que garantam o não acesso de outros insectos "vivos" que poderiam causar danos irreparáveis.

Deverá utilizar-se também bolas de naftalina ou de paradichlorobenzeno que afastarão esses insectos parasitas.

Evidentemente que em cada caixa deverá ser colocada uma ficha com a identificação da recolha. Há que ter os maiores cuidados com esta tarefa pois, como dissemos, os insectos sem identificação são de nula utilidade para um museu. Em cada ficha deverão constar pois os seguintes dados:

- Nome do lugar
- Local de recolha (debaixo de pedra, nome de planta, etc.)
- Condições climatéricas
- Dia
- Hora
- Nome vulgar do insecto

Por detrás da ficha será desenhado o insecto a que se refere por forma a evitar confusões.

A identificação científica será deixada a cargo do especialista pois é uma tarefa bastante difícil. Note-se que não se deve hesitar em recolher vários espécimes do que julgamos ser o mesmo insecto, pois, a olho nu, mesmo para o especialista é frequentemente impossível afirmar que se trata exactamente da mesma variedade.

Quanto à preparação definitiva dos insectos com vista à sua exposição deverá também ser deixada ao cuidado de um entomólogo, pois requer cuidados muito delicados.

Mas se fizermos com rigor todas as operações que enunciámos, podemos estar certos de estar a organizar uma colecção que satisfaça o interesse dos visitantes do museu e que será de grande utilidade para os diversos estudos sobre a área do museu.

6.3 - Botânica

Tal como nos outros inquéritos de que vimos falando, a recolha botânica com vista, pelo menos numa primeira etapa, à criação de um herbário deve revestir-se de um certo número de cuidados.

Como se trata de um herbário geral, devem ser recolhidas todas as plantas mesmo as espécies comuns.

Os exemplares recolhidos devem estar completos e, quando é o caso, devem ter a flor. Por esta razão, e dado que a floração das plantas não é simultânea, a recolha botânica deverá desenrolar-se ao longo do ano. Como se trata de recolhas realizadas numa área restrita, é aconselhável que ao fim da manhã ou da tarde as plantas recolhidas sejam levadas para o museu, para serem de imediato preparadas. No lapso de tempo que decorre entre o momento da recolha e de tratamento das plantas, que não será superior a 3 ou 4 horas, os exemplares poderão ser colocados separadamente em sacos de plástico de dimensão adequada e transportados numa caixa.

Os elementos que devem ser anotados para posteriormente servirem de base ao preenchimento das fichas de herborização são de vária ordem.

Também aqui a identificação é fundamental, mesmo se o nome científico só for inscrito depois da apresentação da planta a um especialista.

Deve ser anotada, para cada espécie, a cor da flor (já que com o tempo acabará por desaparecer), se se trata de um arbusto ou árvore, a altura da planta, eventualmente o carácter de epífita, parasita, ou saprófita, o diâmetro do tronco à altura do homem, no caso das árvores.

Deverão também ser indicados o nome do lugar onde foi apanhada, e as características do local (floresta, lezíria, beira de água, etc.), e enfim o nome corrente que lhe é dado na área de estudo.

Depois, cada espécime é colocado entre 2 folhas de jornal onde é assinalado o número da planta, colocando por cima uma folha de cartão que seja absorvente.

Colocam-se umas sobre as outras as folhas de jornal com as plantas, até obtermos uma pilha com 30 ou 40 cm de altura.

Haverá que ter presente, ao espalmar as plantas no jornal, que a forma que então se lhes der é definitiva, e haverá que ter o cuidado de, ao colocar as plantas umas sobre as outras, se procurar obter uma certa homogeneidade da pilha, que será então colocada numa prensa ou debaixo de um peso uniformemente repartido. Dois a quatro dias serão suficientes em geral para que as plantas estejam secas, a menos que se trate de espécies de grande espessura.

Depois de secas, as plantas serão transferidas cuidadosamente para uma folha de cartolina branca onde serão fixadas por meio de pequenos pedaços de papel colados e no canto inferior direito da folha será fixada a ficha correspondente. Esta cartolina será depois colocada numa capa de papel tipo embrulho e colocado em prateleiras em pilhas relativamente pequenas, de maneira a não se deformarem. Em qualquer altura poderão ser analisadas por um especialista que procederá à sua identificação científica.

Como para as outras recolhas de que falámos, será mais tarde possível extrair destas colecções exemplares de plantas, insectos, fotografias de aves, etc., etc., para serem expostas no museu, permitindo assim aos visitantes familiarizarem-se com a ecologia local. A partir destas colecções será também possível organizar exposições temporárias por temas, altura essa em que nos aperceberemos melhor das suas falhas.

Em modo de conclusão

Passámos em revista alguns dos aspectos da organização de um museu local de etnologia, que nos parecem dever ser tratados com particular cuidado. Atribuímos, é certo, um papel preponderante aos diversos estudos a realizar na área de influência do museu. De facto, julgamos que a museologia local que se preocupe exclusivamente com os objectos que pretende expor, dificilmente poderá sair do quadro de uma etnologia romântica que já não corresponde às necessidades do nosso tempo. Julgamos que o objectivo destes museus deverá ser o de encaminhar as pessoas para um melhor conhecimento da vida rural. Com os objectos, sim, mas também com o paciente cuidado do estudo. Nem sempre os pequenos museus têm colaboradores cuja actividade principal se situe em particular no âmbito da Etnologia, e que, dotados de um método, possam contribuir para o aprofundamento desses estudos. Mas também é verdade que uma formação universitária não é a única condição para levar a bom termo tal projecto. Outras pessoas dotadas de bom senso, rigor e paciência, que nem sempre os universitários têm, poderão aprofundar estudos em certas áreas onde a própria experiência seja já uma garantia de seriedade das suas investigações.

Estas duas formas de estudo não são em si opostas, mas, antes pelo contrário, julgamos que são complementares, necessárias e salutares.

Não esqueçamos, enfim, que os museus locais devem ser instrumentos ao serviço da população e como tal capazes de participar no desenvolvimento da comunidade.

Renascimento de actividades em vias de

extinção, apoio à educação escolar e extra-escolar, fomento do turismo cultural, preservação e valorização do património, são alguns dos campos onde um museu de etnologia local, dotado de um conhecimento progressivo e sério do meio que lhe deu vida poderá caminhar seguramente e gratificando, ao mesmo tempo, o esforço colectivo nele investido.

Resta-nos ainda assinalar que este texto é complemento de um documentário em vídeo "A Organização de um Museu Local de Etnologia" realizado graças à colaboração entre o Departamento de Audio-Visuais da Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto Português do Património Cultural e o nosso Museu. Daí que por vezes se possa notar uma forma narrativa própria da oralidade e menos da escrita.

Monte Redondo, Abril 1984